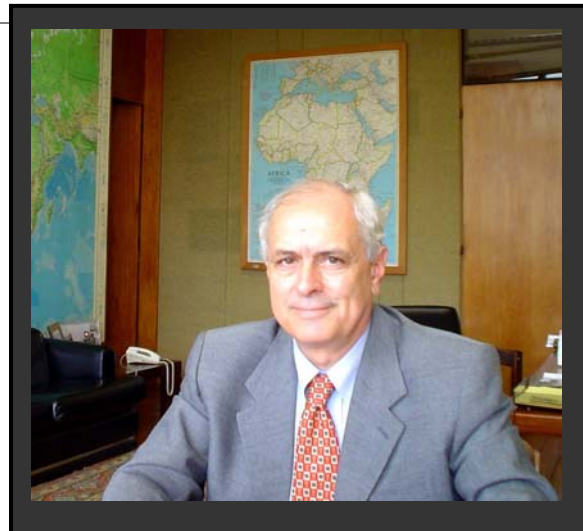


conversas...

EMBAIXADOR PEDRO MOTTA PINTO COELHO

Chefe da Divisão de África (DEAF) do
Ministério das Relações Exteriores



O embaixador Pedro Motta Pinto Coelho percorreu uma trajetória profissional de relevo. Começou no Itamaraty ainda no ano de 1973. No curso de sua carreira, esteve ligado às questões multilaterais, especialmente na Divisão das Nações Unidas (DNU) do Ministério das Relações Exteriores. Acumulou boa experiência nas Américas, trabalhando em Washington, Assunção e Buenos Aires. Chefiou a Divisão da América Meridional 2 (países amazônicos), e também a Divisão do Meio Ambiente. Quando em Genebra, cuidou da área econômica, chefiando três grupos para a Rodada do Uruguai (serviços, investimentos e propriedade intelectual). Teve atuação destacada nos trabalhos de preparação da Conferência Mundial da ONU sobre Meio Ambiente, a ECO-92.

Pinto Coelho ocupa hoje a chefia do Departamento de África do MRE (DEAF) – sabidamente, um posto de alto valor estratégico na corrente gestão de nossas relações internacionais. O embaixador teve a oportunidade de acompanhar o presidente Lula em seu recente périplo pela África. Nas linhas que seguem, Pinto Coelho compartilha conosco as suas experiências e visões sobre a cena internacional. Tendo como cenário principal a placidez do Palácio do Itamaraty, em Brasília, fomos acolhidos pela simpatia, pela acessibilidade e pela presteza do embaixador e de sua equipe. Em seu gabinete, conversamos sobre sua *experiência diplomática, Brasil, Lula e África*.

O Debatedouro: *A primeira pergunta, um tanto de cunho pessoal, diz respeito à sua trajetória no Itamaraty e à própria história da Casa. O senhor ocupa a chefia do DEAF em um governo que mostra claras evidências de buscar novos caminhos para a PEB. Nesse sentido, como é ocupar a mesma cadeira do lendário embaixador Ítalo Zappa que, segundo o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, era "um desbravador de novas frentes diplomáticas"?*

Pinto Coelho: Muito honroso, obviamente. Ele é mais que uma lenda. É uma instituição nessa casa, por romper com tradições e abrir novos espaços. Devemos, hoje, insistir em caminhos menos tradicionais de nossas relações, como se tem tentado fazer. A PEB do Lula tem dois norteadores centrais: (1) independentemente das relações com os países e regiões tradicionais (EUA, UE etc.), temos que ativar nosso relacionamento na direção Sul-Sul, seja com a África, Oriente Médio, Índia, China etc. Há várias oportunidades que não foram aproveitadas, tanto do ponto de vista político, econômico, como cultural. Temos muito o que ganhar e oferecer na área agrícola, na área de saúde e de educação, por exemplo. Devemos cooperar! O presidente Lula está comprometido com a noção de solidariedade com os

demais países pobres. Podemos e devemos desenvolver uma cooperação intensa com esses países. Parte de sua visita à África centrou-se em projetos de cooperação. Firmamos vários projetos (entendimentos, memorandos) ligados à cooperação (combate à pobreza, agricultura, educação, saúde; 2) O Brasil quer, deve e pode ter uma participação maior na definição da agenda internacional, que é muito ditada por países do Norte. Na medida em que nos reforçamos através de mecanismos fortes, maduros e sérios no Sul (exemplo: Mercosul, G3, G20), unimos países com interesses afins, o que nos propicia melhores condições de negociação com o Norte. Não

"O Brasil quer, deve e pode ter uma participação maior na definição da agenda internacional, que é muito ditada por países do Norte. Na medida em que nos reforçamos através de mecanismos fortes, maduros e sérios no Sul (exemplo: Mercosul, G3, G20), unimos países com interesses afins, o que nos propicia melhores condições de negociação com o Norte."

só nos esforços comerciais e políticos, mas em um contexto mais amplo de como essa agenda internacional evolui. O ataque ao Iraque é um exemplo de como essa agenda pode avançar contra a negociação e a legitimação da ONU. De toda forma, a política exterior para a África está inserida nesse contexto.

OD: *Analistas concordam que o governo Lula busca aprofundar um processo histórico de política exterior brasileira de afirmação do país como líder e porta-voz dos países em desenvolvimento. O senhor também diria que existe uma vontade política doméstica para exercer essa liderança internacional, e que o cenário internacional parece hoje mais receptivo a essa postura brasileira?*

PC: Não sei se podemos falar de liderança. O que o Presidente Lula e a PEB buscam, no presente momento, é dar objetividade, concretude a uma série de aspirações, reivindicações que têm sido próprias dos países em desenvolvimento, ao longo de décadas. É claro que elas evoluem, mas desde a formação da UNCTAD, por exemplo, essas aspirações são: direito ao desenvolvimento, igualdade entre os Estados, estabilidade política internacional, acesso a crédito e financiamento. O presidente busca meios e formas de tornar essas aspirações mais "realizáveis". Quando o Presidente fala em criar um Fundo de Combate à Pobreza, ele não fala algo novo. É só uma forma concreta para idéias que ficaram perdidas no plano abstrato ou no plano de negociação sem seguimento. Queremos que essas propostas sejam efetivamente concretizadas na realidade internacional. Estamos trabalhando nesse sentido, o que não significa necessariamente liderança. Queremos mostrar que um país em desenvolvimento tem como chegar nos foros e dialogar de igual para igual.

"O que o Presidente Lula e a PEB buscam, no presente momento, é dar objetividade, concretude a uma série de aspirações, reivindicações que têm sido próprias dos países em desenvolvimento, ao longo de décadas."

OD: *Como o senhor entende e analisa a "cruzada" internacional do Brasil pela reforma da ONU, em especial a do Conselho de Segurança? Ainda que saibamos que esse é um argumento recorrente em toda a história da PEB, a atual propaganda de "fala fácil", por vezes verborrágica, e os pequenos gestos, que provam muito maior simbolismo do que real capacidade de atuação do país, podem ajudar ou, ainda, podem comprometer o Brasil nessa campanha?*

PC: A questão do CSNU é parte de um processo mais amplo, em primeiro lugar. Diz respeito à forma como nos colocamos diante do sistema internacional. O

CSNU, como reflexo dos defeitos que são apresentados hoje pelo sistema internacional, é datado do final da [II] Guerra, com todas as conseqüências que isso provoca em termos de organização e de poder dentro desse sistema. Basta você se referir aos princípios tradicionais de PEB que você verá que esses princípios se confrontam com essa organização, tal como ela está estruturada atualmente. A universalidade das relações, a igualdade, a não-ingerência são princípios que muitas vezes não são cultivados, em função das falhas em sua estrutura. Esse é o quadro básico. Devemos tratar dentro de um contexto mais amplo, entretanto. O Brasil, na medida em que amadurece seu relacionamento no plano internacional e se fortalece no contexto político interno de democracia, sente-se mais capacitado a trabalhar pela melhoria, pelo aperfeiçoamento do sistema internacional e a reforma do CSNU insere-se nesse esforço. cremos que, da forma como está, o CSNU não é representativo da realidade internacional e do jogo de interesses que hoje está moldando as relações internacionais. A questão de se falar muito ou pouco sobre isso, cada governo/gestão tem sua perspectiva. O importante é que nós falemos. Eu acho que a PEB hoje é mais transparente, que pretende estar de acordo com aquilo que é o sentimento da sociedade, devemos falar mais claramente e abrir esse debate ao público, interno e externo. Ninguém tem o dom de deter a verdade. Portanto, é fundamental propiciar o debate! As relações internacionais afetam cada vez mais a vida diária do cidadão, e isso tem sido notado aqui no Brasil. O *turning point* foi, por exemplo, a questão da Bombardier com a Embraer. De um momento para outro, problemas internacionais que estão vinculados a determinados compromissos assumidos pelo Brasil passam a ter implicação direta para o cidadão brasileiro. O caso mais claro atualmente é o da ALCA.

OD: *O senhor esteve na comitiva presidencial à África. O senhor poderia nos dar um relato pessoal e profissional de como foi essa viagem com o presidente, como experiência diplomática?*

PC: Acho que foi muito boa. Foi sua primeira experiência na África como presidente. Ele deu prioridade, naturalmente, aos países da CPLP, na África Austral. Esse dado é importante, porque há uma forte afinidade. Temos raízes históricas e, como o próprio presidente afirma, uma dívida social. A nossa identificação com os países lusófonos é um dado importante e daí a ênfase nos projetos de cooperação, na disponibilidade do Brasil em transferir tecnologia, dispor-se a construir uma fábrica de remédios em Moçambique, trabalhar com São Tomé e Príncipe na área de educação. Enfim, em todos os países, essa agenda social de cooperação em saúde, combate à pobreza e educação foi privilegiada. A Namíbia e a África do Sul são países de formação diferente, mas com quem podemos desenvolver uma parceria importante. Com a Namíbia, na área de cooperação naval; com a África do Sul, hoje temos um leque amplo de possibilidades de cooperação,

desde assuntos de defesa à agricultura. Pode-se ver que a viagem teve planos diferentes com os diversos países, mas no conjunto ela mostrou a posição do Brasil de estar presente na África. Gerou internamente no Brasil uma dinâmica importante também, porque o processo preparatório foi importante, já que tivemos que trabalhar com outros ministérios, empresas e organizações. Nas universidades, nos movimentos negros, no congresso, todos estão ligados ao debate, ao plano de trabalho conjunto com a África.

OD: *A viagem do presidente Lula ao Oriente Médio foi a primeira visita oficial de um chefe de Estado brasileiro à região. Pode-se interpretar o vigor político e de promoção comercial demonstrados pela comitiva presidencial como a viabilização de um novo horizonte de possibilidades no relacionamento comercial e de inserção internacional brasileira? O senhor acredita que a excursão guarda o mesmo grau de pioneirismo da histórica visita do presidente Figueiredo à África em 1983, sobretudo se pensarmos em termos de diplomacia presidencial e de uma abordagem universalista em política exterior?*

PC: Eu acho que não devemos ver a PEB sem a continuidade. Por exemplo, hoje a PEB confere prioridade aos países africanos, por motivos inclusive históricos. Mas nunca deixou de existir [a prioridade]. Ela evolui conceitualmente, muda de perspectivas, mas sempre foi um foco de preocupações no sentido de desenvolver uma política prioritária por parte do Brasil. Se você voltar na história, na década de 60 e 70, o Brasil apoiou os movimentos de independência na África, inclusive no período militar brasileiro. Graças a esse apoio, temos bons relacionamentos. Um grande exemplo é a Namíbia, Angola, Zimbábue etc. De toda forma, temos uma boa presença, uma boa imagem, um bom reconhecimento de parcerias na África, não pelo o que fazemos hoje, mas pelo que representamos historicamente para o continente. Evidentemente, houve momentos em que se deu menos prioridade às relações com os países africanos, por exemplo, no governo Fernando Henrique. Isso, na verdade, é uma questão de perspectiva. É muito importante que hoje o Brasil esteja trabalhando em conjunto com os países africanos. Na década de 70,

"temos uma boa presença, uma boa imagem, um bom reconhecimento de parcerias na África, não pelo o que fazemos hoje, mas pelo que representamos historicamente para o continente."

na criação da nova agenda econômica internacional e nos foros específicos de produtos de base, a PEB foi muito ligada à abertura comercial, à entrada de produtos brasileiros na África. Hoje não queremos fazer só isso, queremos facilitar o acesso aos produtos africanos ao Brasil. Estamos trabalhando com uma perspectiva de ampliação de relações, inverter o processo (não só vender, mas também comprar). Não é que estejamos fazendo coisas novas, mas estamos trabalhando sob perspectivas mais atuais, quem sabe mais amplas.

OD: *A CPLP consolidou-se como o "espaço comum" de um grupo de países que carregam identidade cultural, lingüística, histórica. Historicamente, há, nela, um valor mais simbólico do que prático. No dia 11/07/2003, em discurso proferido na ocasião de sua visita à sede da CPLP, o presidente Lula afirmou: "Diante do ciclo tragicamente previsível de miséria, desespero e violência [em Guiné-Bissau], a CPLP tem uma responsabilidade especial em mobilizar a indignação internacional e os recursos políticos e financeiros necessários para reverter a situação". Dito isso, como o senhor percebe as potencialidades dessa comunidade doravante? Há, nessa organização, espaço e capacidade operacional para efetivos resultados na resolução de crises em países assolados pela frágil situação econômica, política e social?*

PC: Existe sim. A CPLP é uma instituição nova. Ela ainda está se conformando! Nesse período, no entanto, o que ela já criou e já desenvolveu é uma coisa espantosa. O problema é que dificilmente vem ao conhecimento do público, mas são processos de cooperação importantes. O Brasil, assim como Portugal, têm uma contribuição importante a dar. Temos projetos de cooperação que são desenvolvidos dentro da CPLP. Ela é um instrumento adicional, porque aglutina países díspares do ponto de vista econômico e político, mas ao mesmo tempo congrega países em função de objetivos claros e comuns: cooperação técnica, concertação política e difusão da língua portuguesa. Também ajuda-nos a trabalhar a cultura brasileira na dinâmica de vida africana, assim como queremos ter a cultura africana aqui! Os recursos existem graças a uma atenção muito clara do Congresso Nacional, que está atento e promove, a cada ano, emendas no orçamento, com vistas para favorecer a cooperação entre os países de língua portuguesa. A CPLP é nova, mas já está se firmando internacionalmente.

